

ROTAS DE LEITURAS

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

Pág. 13-55.(Texto 1).

O autor, Guido Liguori, traz para o leitor sua interpretação sobre alguns conceitos gramsciniano, muitas vezes propagados, mas que, ao meu ver, nem sempre de fácil compreensão.

Segundo o autor, a alcunha do termo “Estado Ampliado” não pertence a Gramsci (mas sim de Christine Buci-Glucksmann, a partir de 1975), embora ele tenha utilizado a expressão “Estado em sentido orgânico e mais amplo” (p.21), em que defende haver uma relação intrínseca entre Estado e Sociedade Civil, havendo, também, nos primórdios do século XX, uma nova relação entre política e economia (destaca a força do fascismo como expressão da autonomia relativa do Estado e da política) e entre sociedade política e sociedade civil(momento em que enfatiza o conceito de hegemonia) .

No que se refere à política e economia, Liguori ressalta que não substitui ao outro, que “para as classes produtivas, Estado só pode ser concebido como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” e que tem ele como função adequar a sociedade civil à estrutura econômica. O Estado, considerado como sociedade política, assume, uma dimensão coercitiva no que tange à formação e adequação da grande massa popular aos ditames da economia vigente e é na sociedade civil que encontram-se os intelectuais.

Remete-se à relação entre sociedade política e civil, definindo esta última como organismos privados, como Igreja, Sindicatos, escolas...(p.21), ampliando o conceito de Estado para além dos aparelhos coercitivos dos quais Marx falava no século XX: aparece, então, a noção de aparelhos hegemônicos, através dos quais o Estado, representação de uma classe fortemente organizada, dissemina sua ideologia e domina as demais classes. O autor enfatiza, então, a necessidade de se aprofundar mais teoricamente em relação a como se estrutura e organiza o poder na sociedade.

Liguori afirma que, para Gramsci, o Estado compreende os organismos da sociedade civil, sendo esta definida como conjunto das associações sindicais, políticas, culturais

genericamente ditas “privadas”, diferenciando-as da esfera “pública” do Estado. Focaliza nos partidos e associações o papel social de construir e educar o consenso, ratificando o poder hegemônico de uma determinada classe sobre as demais. Este caráter educativo é ratificado na página 27, quando coloca a seguinte fala de Gramsci “a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se educador etc”.

Na página 23, o autor ressalta mais enfaticamente como acredita que Gramsci percebe o papel e a função do Estado “o Estado moderno abole muitas autonomias das classes subalternas [...], mas certas formas de vida interna das classes subalternas renascem como partido, sindicato, associação cultural”[...] “ditadura moderna” que “abole até mesmo estas formas de autonomia de classe e se esforça por incorporá-las a atividade estatal: ou seja, a centralização de toda a vida nacional nas mãos da classe dominante se torna frenética e absorvente”.

Para uma classe ser hegemônica duas questões básicas e determinantes: ter um partido autônomo e unificar-se no Estado. Há uma preocupação de Gramsci no sentido de compreender como uma classe se constitui internamente, identificando-se como dominante ou subalterna e como esta pode tornar-se aquela.(p.24-25)

Para evidenciar a complexidade do conceito de Estado enunciado por Gramsci, o autor busca respaldo nas idéias de outros autores, como Guicciardini(p.28)

Para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião” traduzindo-as em “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil” e acrescentando que no renascimento “a igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente [...]

Traz, também, a título de enriquecer suas considerações, as colocações de Norberto Bobbio e Marx. Em relação ao primeiro, destaca que como o mesmo defende a teoria gramsciana como uma ampliação/complementação da marxiana no que se refere a aceitação e aplicabilidade do materialismo histórico como método para a compreensão e explicação da realidade. Bobbio, então, aponta que enquanto Marx “identifica a sociedade civil com a base

material, com a infra estrutura , como fato primário da realidade histórico social enquanto que Gramsci se remete à superestrutura, para o qual a sociedade civil está imbuída e movida pelas lutas de classes. Já Bobbio e outros teóricos que, cuja base teórica é o liberalismo, tal concepção não cabe à sociedade civil, caracterizada pelo consenso, pelo entendimento, sendo inexistente tais lutas.

Relacionando as idéias de Estado em Marx e Hegel, aponta que enquanto o primeiro o coloca como secundário ou subordinado em relação à sociedade civil, que para ele é o sujeito, o segundo o coloca como sujeito, tendo uma importância primária na sociedade. Para Liguori, as várias colocações de Marx sobre sociedade civil, não se opõem as Hegel, mas as problematiza e amplia.

Mais adiante, entretanto, na página 44 Liguori analisa que Marx não se limita a “inverter” a relação hegeliana Estado-sociedade, mas opõe-se assim como a relação a dicotomia entre esfera pública e esfera privada, o confinamento do político ao Estado e do socioeconômico à sociedade, visto que a política é inerentes a ambos momentos.

Na página 45, Liguori a fim de mostrar a visão gramsciana sobre a relação Estado e sociedade

“[...] especula-se [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, esta distinção é puramente metodológica, não orgânica, e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. Por outro lado, também o liberismo deve ser introduzido por lei, isto é, por intervenção do poder político.”

Quando concebe não haver a separação rígida entre economia, política e sociedade, que Estado e sociedade civil não são realidades autônomas e que a ideologia liberal, que as representa como tais, é explicitamente negada que Gramsci amplia a noção de Estado. Enfatiza, então, como importante para este teórico: a não separação, a unidade dialética entre política e sociedade, entre economia e Estado e ressalta a superação da visão reducionista e instrumental do Estado. Enquanto Marx pensa a relação dialética entre sociedade e Estado a partir da sociedade, Gramsci pensa a relação dialética entre sociedade e Estado a partir do próprio Estado. Os dois teóricos comungam que existe consenso na sociedade civil não é feito de consenso assim como triunfo da democracia e da cidadania. Liguori traz a fala de Buttigieg em que reforça que para Gramsci, a história da sociedade é a história do domínio de

alguns grupos sociais sobre outros, havendo outro lado da moeda: o da subordinação, corrupção, exclusão do poder, que caracteriza a história da luta de classes.

Ao discorrer sobre a sociedade Civil no debate contemporâneo, Liguori analisa as críticas recebidas por Gramsci deve-se à sua concepção de sociedade civil, focada como eixo central de uma nova teoria marxista do estado.

Finalizando, remeto-me a outros autores trazidos por Liguori para enriquecer as discussões “gramsciana”: Robert Cox (Economista estadunidense), que aponta a redução do papel do estado como derrota para as camadas oprimidas, mas também a causa do surgimento de uma camada subalterna mais forte que é a sociedade civil atual: Ongs(que acabam sendo cooptadas por receberem subsídios estatais), voluntariado...na Showstack Sassoon, que foca o voluntariado e as ONGs como formas de vincular o Estado ao indivíduo, ou seja, não seriam a sociedade civil libertada pela retratação do Estado, mas parte do “Estado ampliado”, mesmo que redefinido. Já Benedetto Fontana (estadunidense) , ressalta que “[...] o uso corrente do termo “sociedade civil”, em sentido gramsciano, hegeliano ou liberal, no debate político-cultural, é apenas o reflexo do progressivo aburguesamento do mundo da “globalização”, da difusão de forças econômicas nos mercados, bem como da proliferação de entes privados e associações cada vez mais concentradas em torno de interesses específicos”.

Jane R.S.Souza